

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT11.003

AVENTURA E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM OLHAR ÀS DISSERTAÇÕES E TESES NO BRASIL

DANDARA QUEIROGA DE OLIVEIRA SOUSA

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e docente do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, dandaraqueiroga@gmail.com;

MARIA APARECIDA DIAS

Docente do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da UFRN, cidadias@gmail.com.

RESUMO

Com o objetivo de compreender como a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) vem sendo preconizada na Educação Física Escolar (EFE), no contexto de ensino das práticas corporais de aventura (PCA) é que se materializou esse estudo¹ de cunho exploratório e abordagem qualitativa. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em duas fontes de publicações: A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, nas quais foram exploradas buscas pelos termos descritores “aventura” AND (como operador booleano) “inclusão”. Para BDTD tivemos 39 textos recuperados enquanto no Catálogo da CAPES apenas 18. Foi necessário após uma primeira leitura, inserir critérios de exclusão de alguns títulos, a saber: aventura ou inclusão sendo uma nomenclatura usada para contextos distintos dos que objetivamos. Outro filtro fez-se importante: excluir textos iguais. Após esse primeiro tratamento, procedeu-se a seleção de dissertações ou teses para análise

1 Esse escrito materializa uma das etapas de pesquisa, da tese de doutoramento em andamento: “Educação e Aventura: uma proposta metodológica para Educação Física na perspectiva inclusiva” realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Educação na Linha de Pesquisa: Educação e Inclusão em Contextos Educacionais, com sede na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e não conta com financiamento ou fomento, até a presente publicação.

e discussões. Selecionou-se para análise 5 textos, sendo todos advindos de estudos dissertativos. Cabe elucidar que 2 dissertações abordam de forma mais didática e pedagógica processos inclusão da PCD na EFE e são recentes, datando de 2009 a 2022. As 3 dissertações “restantes” de fato trazem os termos de busca em seus textos coerentes ao buscados, entretanto nos ensinam sobre o processo inclusivo em um contexto de ensino de outras unidades temáticas ou trazem a aventura na perspectiva da prática de lazer. Considerando que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) date de 2018 e, portanto, a obrigatoriedade de ensino das PCA se dê nesse contexto, é relativamente natural que os primeiros estudos frutos de mestrado, por exemplo, surjam no período explicitado. Entretanto, demonstra por fim, que ainda temos um campo desconhecido a nos aventurar e fundamentar.

Palavras-chave: Aventura, Pessoa com Deficiência, Perspectiva inclusiva, Educação Física escolar.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida sob a forma de linguagem escrita, parte, em alguma medida, de experiências não vividas de perceber nitidamente a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) nos mais diversos campos sociais, inclusive e sobretudo educacionais.

Embora pareça contraditório, a exclusão, segregação ou mesmo a discriminação velada² endereçada às pessoas com deficiência (PCD) nos espaços e contextos educacionais que pude vivenciar ao longo da trajetória escolar e acadêmica me trouxeram a um lugar de profunda inquietação. E aqui, salientamos nosso entendimento quanto ao conceito de deficiência, amparadas pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) quando em seu artigo segundo, define:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Chegando ao espaço-tempo de atuação profissional, enquanto docentes no ensino superior, percebemos de forma mais excludente ainda o quanto as barreiras impostas na trajetória educacional impactam na educação superior, quando estão quase ausentes discentes com deficiência. Entretanto, mesmo com as ausências que percebemos, temos investido na busca de uma práxis que não deixe a perspectiva inclusiva distante ou em um espaço-tempo curricular pré-determinado.

Para além do relato e justificativa pessoal e profissional, apresentamos nossa justificativa teórica pela relação entre um objeto de estudo em que temos investido há cerca de dez anos, que é o ensino e aprendizagem das Práticas Corporais de Aventura (PCA) no contexto da Educação Física Escolar (EFE) e, mais recentemente, o objeto de estudo da Educação numa perspectiva inclusiva, mais especificamente da inclusão da pessoa com deficiência (PCD).

Fazemos uma breve pausa na coesão textual, para apresentar nossa compreensão de Práticas Corporais de Aventura (PCA) que é o conceito que adotamos

2 “No caso de discriminação velada ou invisível, os efeitos do ato manifestam-se sobre determinados grupos, mas não são imediatamente aparentes” (FÁVERO *et al.*, 2009).

em consonância, nesses aspectos específicos, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que trata de uma unidade temática de ensino da Educação Física Escolar, compreendida como práticas corporais nas quais:

exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes extremos (BRASIL, 2018, p. 218).

Considerando o cenário da Educação Física Escolar ao longo dos anos e os referenciais curriculares anteriores, a única unidade temática completamente nova a ser ensinada no componente curricular Educação Física, é a das Práticas Corporais de Aventura. Então, considerando a inserção dessa nova unidade temática há pelo menos 5 anos, de forma obrigatória, com a perspectiva de inclusão da pessoa com deficiência, é que surge a necessidade de conhecer mais profundamente a relação desse processo de ensino-aprendizagem.

Em tempo, elucidamos que incorporamos como perspectiva inclusiva, concordando com Peluso *et al.* (2020, p. 4), uma práxis que “envolve a desconstrução de estereótipos, a ressignificação de conceitos, a percepção da diversidade, o exercício da empatia e o respeito às diferenças”.

Por esse campo fértil que se desvela, evidenciamos nossos contributos e expectativas que permeiam a proposição de uma pesquisa inovadora. Seja pelo elo entre os objetos de estudo citados que, entendemos, contribuirá sobremaneira para exequibilidade das políticas públicas educacionais acima citadas, seja pela ampliação do repertório de práxis, pesquisas e literaturas nessa relação ainda pouco explorada em nossa área profissional, considerando a Educação Física Escolar.

Destacamos, pois, que a pesquisa ora apresentada é um recorte, uma das etapas, da tese de doutoramento em andamento intitulada até o presente momento: “Educação e Aventura: uma proposta metodológica para Educação Física na perspectiva inclusiva”. A inquietação para realização de uma pesquisa mais sistematizada surge ainda na elaboração do projeto da referida tese, quando em buscas iniciais e menos rigorosas percebemos a escassez de trabalhos nessa relação confirma-se a partir da literatura especializada.

Trazemos à superfície, nessa introdução, dois trabalhos do tipo artigo acadêmico, que coadunam com a escassez de literatura da relação aventura - deficiência,

a saber: Silva, *et al.*, (2019) e Paula, *et al.*, (2020). Ambos apresentam trabalhos de revisão bibliográfica disponíveis no entrecruzamento dos dados das plataformas Google acadêmico e Portal CAPES, resultando em apenas 7 (sete) trabalhos publicados, atendendo à combinação de palavras “aventura” e “deficiência”.

Essas duas pesquisas trazem à tona publicações que se dão no âmbito dos estudos do Lazer e não na Educação Física Escolar. Entretanto, em estudo realizado por Sousa e Araújo (2016), destacou-se que as PCA adentram a área da Educação Física Escolar a partir das experiências e adaptações didático pedagógicas no contexto dos estudos do Lazer e, com o crescimento da busca por tais práticas em nossa sociedade, vão se sistematizando ações no contexto escolar.

No rastro dessa reflexão, trazendo uma visão prospectiva da temática, inferimos que conforme esses estudos avançam na perspectiva do Lazer, conectando-se às demandas das políticas públicas vigentes, em breve teremos oportunidade de conhecer mais práticas pedagógicas materializadas na escrita acadêmica no âmago dessa relação.

Por fim, para corroborar com a relevância do estudo, trazemos os apontamentos dos estudos de Paula *et al.* (2020), mesmo que esses sejam aplicados ao contexto da inclusão da PCD no contexto do lazer, para quatro aspectos emergentes, por estarem ausentes dos estudos revisados: (i) Ações que contemplem PCD intelectual; (ii) Experiências na EFE; (iii) Abordagem das PCA urbanas, e; (iv) A crítica a pouca ação do poder público no que concerne à acessibilidade das PCD às PCA no âmbito do lazer.

Diante do cenário desafiador delineamos nossa questão problema, a saber: como a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) vem sendo preconizada na Educação Física Escolar (EFE), no contexto de ensino das práticas corporais de aventura (PCA) a partir das dissertações e teses brasileiras?

A partir da questão norteadora trazemos nosso objetivo, que foi: compreender como a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) vem sendo preconizada na Educação Física Escolar (EFE), no contexto de ensino das práticas corporais de aventura (PCA).

METODOLOGIA

Nesta subseção textual detalhamos os caminhos metodológicos de nossa pesquisa bibliográfica que tem cunho exploratório, cuja compreensão dialogamos

com Gil (2002, p. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, nesse sentido, adotamos a abordagem qualitativa, por compreendermos que analisar um objeto de investigação por este viés “concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico” (MINAYO, 2012, p. 626).

Diante das possibilidades de métodos de pesquisa adotamos nesse estudo a revisão sistemática de literatura que de acordo com Ramos, Faria e Faria (2014, p. 22) “que o processo de revisão da literatura, ao estar descrito no desenho metodológico da investigação, deve esclarecer o modo como foram apuradas e selecionadas as fontes, de modo que as conclusões a produzir sobre os assuntos em estudo possam ser cientificamente consistentes”.

Visando contemplar a rigorosidade metodológica, apresentamos as etapas delineadas em nossa pesquisa a partir de um protocolo definido (RAMOS; FÁRIA; FÁRIA, 2014, p. 24) respondendo e anunciando os elementos:

Quadro 1) Fases da revisão sistemática de literatura aplicadas a nossa pesquisa.

OBJETIVOS Definir a problemática a estudar sintetizada numa questão ou problema
<i>Aplicação em nossa pesquisa:</i> compreender como a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) vem sendo preconizada na Educação Física Escolar (EFE), no contexto de ensino das práticas corporais de aventura (PCA).
EQUAÇÕES DE PESQUISA Expressões ou palavras a combinar utilizando AND, OR, NOT (*,?)
<i>Aplicação em nossa pesquisa:</i> “aventura” AND (como operador booleano) “inclusão”
ÂMBITO DA PESQUISA Bases de a selecionar e variantes intrínsecas
<i>Aplicação em nossa pesquisa:</i> A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no que tange a variante intrínseca, optou-se pela busca simples em ambas.
CRITÉRIOS INCLUSÃO Definem que o estudo é aceitável naquele contexto
<i>Aplicação em nossa pesquisa:</i> documentos em formatos de dissertações ou teses disponíveis na íntegra nas plataformas online até o dia 03 de junho de 2023, em qualquer tempo de publicação e qualquer idioma.
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO Excluem os estudos que não obedecem ao âmbito definido

Aplicação em nossa pesquisa: títulos repetidos nas bases selecionadas; textos cuja aceção dos descritores não fosse referente à Educação Física Escolar; escritos cuja aceção do termo “inclusão” não se referisse a pessoa com deficiência.

CRITÉRIOS DE VALIDADE METODOLÓGICA

Asseguram a objetividade da pesquisa

Aplicação em nossa pesquisa: verificação dos critérios de seleção e exclusão e repetição das buscas em ambas as bases em datas e horários distintos, até a data limite imposta no critério de inclusão.

RESULTADOS

Devem ser registrados todos os passos

Aplicação em nossa pesquisa: No texto a seguir são detalhados todos os passos para o alcance do resultados.

TRATAMENTO DOS DADOS

Filtrar e analisar criticamente os resultados com apoio de software de gestão bibliográfica.

Aplicação em nossa pesquisa: Em nosso caso, como os documentos selecionados foram quantitativamente poucos, procedemos a leitura na íntegra das dissertações, assim como, no documento buscamos mais especificamente por termos como “defici”, no intuito de confirmar que a aceção da palavra inclusão se referia a pessoa com deficiência, ou deficiente, ou com déficit, que fazem uso do mesmo radical da palavra.

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Ramos, Faria e Faria (2014).

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo revisão sistemática, realizada em duas fontes de publicações: A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³ e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶, escolhidas por serem bases de dados que acolhem as publicações de dissertações de mestrado e teses de doutorado de diversos repositórios institucionais dos Programas de Pós-graduação brasileiros, embora contem com títulos em outros idiomas. No rastro desse entendimento, corrobora a percepção de Ramos, Faria e Faria (2014, p. 22) de que “é basilar o objetivo de estruturar todos os procedimentos de forma a garantir a qualidade das fontes”, cabendo destacar que,

O [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – grifo nosso] Ibict desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira

3 Disponível no sítio: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>

de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional (IBICT, 2023, p.1).

Segundo informações da página própria da BDTD, atualmente essa base de conhecimento divulga publicações de “137 Instituições, sendo 618.025 dissertações e 226.058 teses, totalizando 844.084 documentos” (IBICT, 2023, p.1).

O nosso segundo território de buscas, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes,

O BTD da Capes é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca deste tipo de produção intelectual, e faz parte do Portal de Periódicos da Instituição (CAPES, 2023, p.1).

Ao acessar os referidos sítios, percebemos que as plataformas possuem formas de buscas distintas, aqui compreendidas como variantes intrínsecas, sendo que a BDTD disponibiliza duas formas de busca (simples e avançada) e o BTD da Capes, apenas a busca simples. A fim de padronizar as buscas, procedemos a leitura das dicas disponibilizadas nas páginas online de modo a obter os resultados mais fidedignos a nosso objetivo de pesquisa.

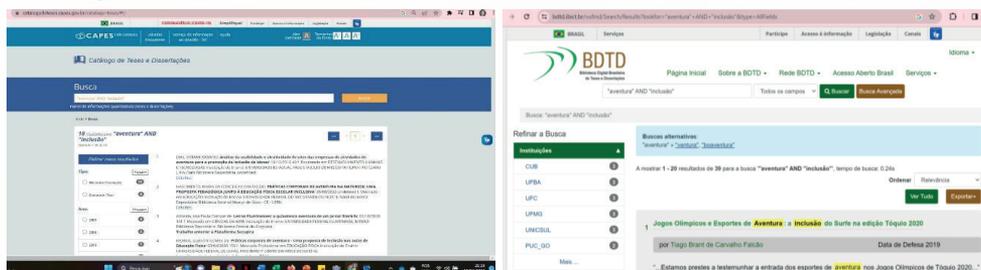
Desse modo, minimizando as variantes intrínsecas, procedemos buscas simples em ambas as plataformas, digitando os termos descritores: “aventura” AND (como operador booleano) “inclusão”. Os descritores entre aspas, seguem as recomendações das plataformas pois que as aspas fazem buscas dos termos exatos que nelas estão contidos. Já o operador booleano AND sistematiza que as buscas tragam resultados de documentos que contenham os dois termos no mesmo documento (MONTAJOS, 2023). É importante dizer que ambas as plataformas, mesmo em buscas simples, fazem a varredura em diversas partes textuais, por exemplo: título, palavras-chave, resumo, corpo do texto, dentre outras, para que possamos obter os melhores resultados.

Fazemos uso da excelente síntese de Ramos, Faria e Faria (2014, p. 23) para elucidar que,

no processo de Revisão Sistemática de Literatura é imprescindível que sejam registradas todas as etapas de pesquisa⁴, não só para que esta possa ser replicável por outro investigador como foi já atrás mencionado, como também para se aferir que o processo em curso segue uma série de etapas previamente definidas e absolutamente respeitadas nas várias etapas.

Aplicadas as etapas no processo de seleção de documentos tivemos como resultado para BDTD tivemos 39 textos recuperados enquanto no Catálogo da CAPES foram 18. Trazemos a superfície, que nesse momento investigativo estavam sendo aplicados apenas os critérios de inclusão. Diante do quantitativo anteriormente exposto, fez-se necessária a primeira leitura dos títulos e por vezes dos resumos das dissertações e teses de modo a estabelecer e aplicar (nas repetidas buscas, feitas *a posteriori*) os critérios de exclusão, a relembrar: títulos repetidos nas bases selecionadas; textos cuja acepção dos descritores não fosse referente à Educação Física Escolar; escritos cuja acepção do termo “inclusão” não se referisse a pessoa com deficiência ou aventura não fizesse relação com a Educação Física Escolar.

Imagem 1 - Captura de tela das plataformas buscadas com critérios de inclusão aplicados.



Fonte: Arquivos de pesquisa das autoras.

É importante destacar, que antes de chegar a esse protocolo, realizamos buscas com outros descritores, por vezes mais específicos (por exemplo, educação

4 Torna-se importante trazer, enquanto grifo nosso à citação em destaque, a ponderação dos autores, no seguinte aspecto: “Convém, entretanto, clarificar que esta série de procedimentos pode ser realizada com mais ou menos passos, conforme acontece noutros âmbitos do conhecimento perfeitamente familiarizados com esta concepção de revisão de literatura. Este é, na nossa perspetiva, aquela que nos parece mais equilibrada, exequível e aplicável no âmbito das investigações produzidas nas Ciências da Educação” (RAMOS; FARIA; FARIA, 2014, p. 23).

física escolar, deficiência, práticas corporais de aventura) nas mesmas bases e chegamos a resultados quase nulos ou nulos. Por essa razão, optamos por buscar descritores mais abrangentes para que pudéssemos filtrar e não perder outros usos do termo “aventura”, por exemplo, que quando buscado combinado com práticas corporais de aventura, limitavam muito mais os resultados.

Após essa primeira leitura, procedeu-se a seleção de dissertações ou teses para análise e discussões. Selecionou-se para uma leitura mais detalhada 5 textos, sendo todos advindos de estudos dissertativos. Entretanto, após essa leitura do corpo do texto, percebeu-se que 2 dissertações abordam de forma mais didática e pedagógica processos inclusão da PCD na EFE e são recentes, datando de 2009 a 2022, que atendem plenamente ao nosso objetivo de pesquisa. As 3 dissertações “restantes” de fato trazem os termos de busca em seus textos coerentes ao buscados, entretanto nos ensinam sobre o processo inclusivo da pessoa com deficiência em um contexto de ensino de outras unidades temáticas que não as PCA e trazem a aventura na perspectiva da prática de lazer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do rigoroso processo metodológico anteriormente detalhado, chegamos a seleção de 2 documentos do tipo dissertação, efetivando a fase de “Resultados” proposta no protocolo de revisão sistemática adotado (RAMOS; FARIA; FARIA, 2014) , que passamos a apresentar na imagem⁵ a seguir.

Imagem 2 - Informações gerais das dissertações selecionadas para análise.



Fonte: Arquivos da pesquisa. Elaborada pelas autoras.

5 Salientamos a possibilidade de acesso as dissertações via QR Code inserido na imagem

Na perspectiva de Ramos, Faria e Faria (2014, p. 27),

Na investigação qualitativa os dados são frequentemente volumosos e não estruturados, o que pode tornar a sua análise morosa e complexa. Por outro lado, é necessário ter fácil acesso ao contexto em que ocorrem determinados fenómenos, uma vez que o sentido é quase sempre dependente desse contexto

Em contraposição, em nossa pesquisa observamos que mesmo considerando descrições menos limitantes (por não serem termos compostos), sem estabelecimento de filtros temporais e de idioma, que são critérios de inclusão comuns nas revisões sistemáticas, tivemos um baixíssimo número de documentos selecionados para discussão e por essa razão iremos tecer nossa discussão e análise sem o auxílio de ferramentas digitais. Outro aspecto complementar a essa opção analítica se dá, pois, no mais simples exercício de verificação de recorrência de citação do termo “aventura” no documento digital da dissertação de Duval Nessler (2009), verificamos que o quantitativo era completamente discrepante da realidade de aparições textuais. Assim sendo, seria um viés muito comprometedor da credibilidade de nossa pesquisa se apenas inserimos o texto em ferramentas analíticas digitais.

Então, materializando nossa última fase do protocolo, intitulada “Tratamento dos dados” (RAMOS; FÁRIA; FÁRIA, 2014), trazemos a luz do conhecimento as seguintes categorias analíticas: 1. A aventura da inclusão da pessoa com deficiência; e, 2. A inclusão da aventura na Educação Física Escolar.

Denominamos estes tópicos analíticos fazendo um trocadilho com nossos termos descritores de busca para já de pronto demonstrar que, tais quais as características de uma prática corporal de aventura, a relação entre o ensino dessa unidade temática e a inclusão da pessoa com deficiência, ainda são campos pouco conhecidos, quase inexplorados e ricos em desafios a serem superados.

1. A AVENTURA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

Nesse primeiro tópico analítico trazemos como protagonista de nossa discussão, a dissertação intitulada “Práticas corporais de aventura na natureza: uma proposta pedagógica junto à Educação Física Escolar inclusiva” (NASCIMENTO, 2022).

De forma mais pessoal e contextualizadora, a autora aponta em sua introdução, usos do termo inclusão, que remetem as suas experiências formativas que a sensibilizaram para inclusão da PCD na EFE em sua práxis pedagógica. Nesse ponto, cabe destacar a perspectiva da autora sobre o que seja inclusão, cujo entendimento corroboramos,

Por meio dessas experiências percebi que a Educação Física tem grande relevância no processo inclusivo e que, no âmbito escolar, é preciso ir mais além, quando se fala de aulas inclusivas, pois a inclusão não se restringe apenas à pessoa com deficiência, abrange também àqueles alunos com distorção idade/série, alunos com dificuldades comportamentais, dentre tantas diversidades que encontramos presentes nas escolas (NASCIMENTO, 2022, p. 14).

Ao compreender aventura como sinônimo possível para desafio, apresentamos a primeira aventura elucidada pela autora ao apontar as dificuldades encontradas, em efetivar o diálogo entre seus objetos de estudo a partir da literatura especializada, quando o termo inclusão aparece nos resultados de suas buscas de estado da arte, embora “Analisando os materiais encontrados, observamos uma carência nas discussões sobre inclusão de alunos com deficiência e as PCAN⁶s serem realizadas no ambiente escolar. Por este motivo ampliamos os estudos a fim de avançar os debates sobre os assuntos elencados” (NASCIMENTO, 2022, p.22).

Corroborando o dado de pesquisa anteriormente apresentado, trazemos a dissertação de título “Atividades físicas de aventura na natureza⁷: perspectivas para o ensino da Educação Física no Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira” – UFSC” (NESSLER, 2009), que traz referência a inclusão de indivíduos diferentes no contexto educacional de forma muito pontual e breve, sem nenhuma relação explícita entre o ensino das AFAN, conforme destacamos no trecho a seguir:

Nesse início de século 21, vivemos a época da inclusão de indivíduos diferentes da maior parte da população, em detrimento de uma longa

6 Sigla para o termo Práticas Corporais de Aventura na Natureza (PCANs), que são recorrentemente usadas nos escritos de Nascimento (2022).

7 Aproveitamos esse espaço, para situar a pessoa leitora que, no campo das experiências que tem a aventura como característica, várias nomenclaturas são adotadas. Para este escrito, sempre que houver a grafia do termo Atividades Físicas de Aventura na Natureza ou AFAN (respectiva sigla), essa terminologia faz referência aos estudos de Nessler (2009), por ser o termo adotado pelo autor. Enquanto, Práticas corporais de Aventura ou PCA fazem referência tanto a nossa perspectiva conceitual quanto da pesquisa de Nascimento (2022).

relação de exclusão na vida econômica, política e social, que remonta à vários séculos de história. Essa relação inclusão-exclusão, nos tempos atuais, ainda encontra-se em alguns locais de exclusão como os hospitais, asilos de velhos e orfanatos. Como diria Michel Foucault, em "Vigiar e Punir", essas pessoas seriam excluídas do convívio social e estariam sob a vigilância e o controle (NESSLER, 2009, p. 6-7).

E, embora o termo pessoa com deficiência não esteja explícito textualmente, fazemos a inferência de que ao citar "indivíduos diferentes", historicamente excluídos dos diversos cenários de convívio social, assim como por citar o paradigma da inclusão-exclusão, percebemos a presença das pessoas com deficiência nesses recortes históricos.

Retornando aos escritos da professora Maria da Conceição Dantas do Nascimento, um outro ponto do texto em que o descritor "inclusão" aparece com bastante recorrência é no "Capítulo I - Narrações Sobre Educação Inclusiva e a Educação Física Escolar Inclusiva", que trata justamente desse paradigma e suas vinculações com a Educação Física Escolar.

Para esse momento textual, destacamos o seguinte recorte contextualizador mais generalista trazido por Nascimento (2022, p. 27):

A educação especial ganha visibilidade aqui no Brasil apenas em meados da década de 90, com a LDB, de 1996, considerada uma grande evolução, na qual se propõe um sistema educacional único e de qualidade para todos. Com a publicação da lei surgiram algumas iniciativas para que pessoas com deficiência tenham acesso aos seus direitos educacionais garantidos e oficialmente reconhecidos, estabelecendo nesse período em nosso país, o paradigma da inclusão (BRASIL, 1996, p.1).

Nesse instante, estabelecemos um diálogo entre as dissertações analisadas, para refletir sobre que movimentos políticos têm sido necessários para garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, assim trazemos Nascimento (2022, p. 29) que nos contextualiza,

No processo político dos direitos à educação para a pessoa com deficiência no Brasil, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, assegura e promove a igualdade de condições da pessoa com deficiência ante as demais pessoas, visando a inclusão social.

Assim sendo, percebemos que o processo de inclusão da PCD em nosso contexto, inclusive educacional, ainda requer muitas garantias de ordenamento legal, por não termos uma sociedade de fato inclusiva. Temos acordo com a autora ao concluir que “O sistema educacional será inclusivo quando permitir que as estruturas, os sistemas e as metodologias de ensino atendam às necessidades de todos os alunos, e precisa ser transformador e acolhedor para atender todos de forma inclusiva” (Nascimento, 2022, p.29).

Assim sendo, cabe apresentar que perspectiva é abordada quando se trata de inclusão escolar na pesquisa de Nascimento (2022), ao citar Martins (2015, p. 71) quando afirma que:

A inclusão escolar é um processo que percebemos como irreversível. No entanto, a partir dos posicionamentos e recomendações aqui registradas, consideramos que é comum e básica a compreensão de que todos os alunos têm direito a um atendimento no sistema regular de ensino e de que são capazes de aprender e maneira inclusiva, desde que sejam respeitadas as suas condições individuais e tenham o acesso a programas, currículos e metodologias apropriadas

É interessante ressaltar que o caminho sugerido por Nessler (2009, p.7), para superação dessas barreiras que entravam a inclusão é justamente o da formação de professores. Para tanto, discorre o autor:

Em se tratando de educação, a proposta dos textos compartilhados pelos pesquisadores no livro “Formação de professores – uma crítica à razão e à política hegemônicas” (2002), dispõe de um importante suporte para essa questão das contradições de estruturas instituídas. O papel da educação, no mundo de hoje, passa por um desafio importante no processo de formação de professores no 3º Milênio. O capítulo escrito por Aloísio Monteiro (2002), com suas experiências com e na nação indiana, aborda, em “Caminhos da Liberdade”, a possibilidade de se superar a exclusão com a contribuição de políticas educacionais e de formação de professores comprometidos com a pluralidade, alicerçadas na luta contra as desigualdades. Mostra que é possível conquistar a liberdade por vias opostas as que se apregoam na cultura da guerra e da violência, endossado pela cultura da não-violência de Gandhi.

Sobre o aspecto da formação de professores e sua importância para inclusão da PCD, trazemos a seguinte ponderação de Silveira (2020, p. 66) “[...] Investir em um processo permanente que atenda às necessidades emergentes dos docentes,

ampliando as discussões sobre a Educação Física Inclusiva e tornando-os mais preparados para compreender as demandas da educação atual [...]”, que também é corroborada por Nascimento (2022).

Cabe elucidar que, embora brevemente contemplado em Nessler (2009) e mais aprofundado em Nascimento (2022), o tema da inclusão da PCD não está diretamente relacionado com o ensino das Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) ou com as Práticas Corporais de Aventura (PCA) na Educação Física Escolar. A relação do descritor “inclusão” se dá muito mais para destacar e reforçar a importância e relevância dos ensino das AFAN no contexto do Colégio Agrícola, que é o lócus de pesquisa de Nessler (2009), do que na aceção da inclusão da PCD, conforme discutiremos no segundo tópico analítico. Enquanto que a inclusão, nos estudos de Nascimento (2022) já tem uma relação muito mais dialógica com a Educação Física escolar e a pessoa com deficiência.

Entretanto, mesmo com um aprofundamento entre a inclusão da PCD e da EFE em Nascimento (2022, p. 51), ainda torna-se mister trazer à superfície uma outra constatação a partir de suas pesquisas, a saber:

As PCAs antes de chegarem na escola percorreram caminhos voltados a prática do lazer, caminho este percorrido também pela inclusão da pessoa com deficiência na prática em atividades físicas de aventura na natureza. Essas práticas foram sendo reproduzidas na escola na configuração de atividades de lazer a partir de experiências interdisciplinares, produzido com os temas transversais

Compreendendo pois, que a inclusão da PCD é um desafio que vem sendo elaborado em diversas esferas do convívio social é que destacamos nosso segundo e próximo tópico de análise, pois, a partir da experiência de inclusão da PCD no âmbito do lazer e turismo de aventura é que inferimos e reforçamos a importância da inclusão da aventura na EFE.

2. A INCLUSÃO DA AVENTURA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

Nessa segunda perspectiva analítica elucidamos a dissertação de título: “Atividades físicas de aventura na natureza: perspectivas para o ensino da Educação Física no Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira” – UFSC” (NESSLER, 2009), para demonstrar que há certo tempo a aventura vem sendo preconizada,

experimentada e sendo reforçado seu potencial educacional, assim como sua relevância pedagógica.

No rastro dessa constatação, elucidamos que o termo “inclusão” aparece 11 vezes ao longo do texto dissertativo do professor Duval Nessler. Dessas 11 recorrências, 9 fazem referência ao contexto de inclusão das AFAN na Educação Física Escolar (EFE). A seguir, trazemos alguns exemplos em destaque.

Ainda em sua introdução, ao contextualizar suas justificativas e problemática o autor demonstra sua perspectiva de defesa de inclusão as AFAN na EFE a partir da seguinte ponderação:

Como profissional da área, constatou-se a necessidade de proporcionar aos alunos momentos mais significativos, oferecendo novas formas de atividades de lazer, entre elas as AFAN. Através da inclusão dessas atividades, acredita-se que novas perspectivas poderão ser visualizadas para o ensino da Educação Física no CASCGO (NESSLER, 2009, p.4).

Mais adiante, ao apresentar os resultados e análises das respostas ao questionário aplicado com discentes (sujeitos de sua pesquisa) do Colégio Agrícola, Nessler (2009, p.32) destaca que “Quanto à inclusão das três modalidades de AFAN no currículo da Educação Física no CASCGO, houve uma preferência para o Arvorismo (53%), seguido pela Trilha Ecológica (48%), ambas situando-se quase no mesmo patamar”, sendo a nosso ver, importante contextualizar a participação dos e das estudantes no processo de escolha dos conteúdos de ensino da EFE a serem curricularizados.

Para além das modalidades de AFAN a serem incluídas no currículo, Nessler (2009, p. 33-34) ainda questiona, de forma discursiva, a opinião estudantil sobre o interesse dos alunos pela inclusão das AFAN nas aulas de Educação Física. Nesse ponto, destaca que “a maioria dos alunos, gostaria que as AFAN fossem introduzidas nas aulas de Educação Física para sair da rotina dos esportes convencionais o que tornaria a aula mais interessante”.

A última acepção do termo inclusão aparece, em suas considerações finais, momento em que o autor reitera:

Através da proposta de inclusão das Atividades Físicas de Aventura na Natureza na educação profissional, produziu-se um estudo científico que oferece importantes subsídios para dimensionar, com mais desvelo, o papel desempenhado pela Educação Física, como disciplina que pode se

apropriar com amplas perspectivas de enfoque interdisciplinar, na formação dos alunos do ensino agrícola (NESSLER, 2009, p.40).

No lócus de pesquisa apresentado, o autor traz especificidades de como a EFE se materializava aquela época, a saber: redução de 3 aulas para 1, por semana; a localização geográfica privilegiada do Colégio; o potencial de explorar de forma consciente a natureza que é parte do Colégio Agrícola; Aprofundar questões de Educação Ambiental e Ecologia a partir das AFAN; Explorar e aprofundar parcerias interdisciplinares para efetivar aulas de Educação Física que ampliem os repertórios culturais de aprendizagens dos e das estudantes. Aliadas as informações diagnósticas do docente pesquisador, aos dados coletados na pesquisa discente, reforça-se, inclusive por considerar a inclusão de “indivíduos diferentes”, a importância de ampliar as possibilidades de conteúdos na Educação Física Escolar.

No rastro dessa reflexão, de acordo com Nascimento (2022, p. 82),

Além disso, evidenciamos que aulas de Educação Física Escolar podem e devem ser realizadas em uma perspectiva inclusiva e para além dos limites de sala de aula, sendo necessário o professor conhecer as possibilidades do espaço próximo à escola. Todavia, é importante ressaltar que cada PCANs tem especificidades em suas práticas, podendo ser ou não acessíveis e inclusivas para todos, exigindo um cuidado e atenção no planejamento para sua realização

Em sua pesquisa de mestrado, a professora Maria da Conceição Dantas do Nascimento desenvolve relatos de experiências com as Práticas corporais de aventura: surfe⁸, canoagem⁹ e esquibunda¹⁰, as três também muito experimentada pela comunidade do lócus de sua pesquisa, que foi a Praia de Pitanguí, situada no município de Extremoz no Rio Grande do Norte.

Destacamos aqui aproximações e cuidados muito importantes adotados por ambos professores-pesquisadores, considerar e aproveitar ao máximo as possibilidades naturais dos ambientes que circundam as escolas, assim como respeitando a

8 Surfe: modalidade que é realizada sobre uma prancha que desliza por cima das ondas do mar (NASCIMENTO, 2022, p. 64).

9 Canoagem: é um esporte náutico que pode ser praticado individualmente ou em dupla que se utiliza de canoas ou caiaques para deslizamento em meio líquido (NASCIMENTO, 2022).

10 Esquibunda é uma prática de atividade física comum na Região Nordeste do Brasil, que consiste em escorregar sentado em uma prancha de madeira do alto das dunas para baixo, caindo, em sua grande maioria, dentro d'água, seja de uma lagoa, rio ou mar (NASCIMENTO, 2022, p.75).

cultura de movimento de seus estudantes. Nesse aspecto, cabe apenas jogar mais luz, sobre o trabalho de Nascimento, por estabelecer como prioritário o processo de inclusão de seus e suas estudantes com deficiência.

No rastro desse destaque, Nascimento (2022, p. 82) “para apresentação de uma proposta na perspectiva inclusiva, na qual toda diversidade presente nas escolas possa participar, sugerindo algumas adaptações nos procedimentos e estratégias pedagógicas inclusivas”.

Para alcançar tal objetivo a professora pesquisadora descreve orientações e estratégias metodológicas necessárias para a inclusão de pessoas com as seguintes deficiências: visual, intelectual, física e auditiva, elaborando quadros detalhados para cada uma das modalidades escolhidas (surfe, canoagem e esqui-bunda) e nos alerta para o fato de que, “as estratégias pedagógicas citadas acima não são modelos fechados para serem seguidos em busca de aulas inclusivas, contudo possibilitam ao professor ter uma direção do que precisa ser modificado para contemplar todos os alunos, de acordo com a sua realidade” (NASCIMENTO, 2022, p. 74). Assim sendo, diz ela em seu texto:

apresentamos uma proposta pedagógica inclusiva direcionada para o ensino das PCANs a ser desenvolvida com os alunos do 8º ano (Ensino Fundamental - anos finais) nas aulas de Educação Física, seguindo as recomendações da BNCC, considerando a abordagem crítico-emancipatória, as recomendações dos estudiosos das PCAs aqui referenciados, bem como as estratégias elencadas

As estratégias as quais a autora se refere, em síntese, são: 1. Considerar as características individuais da turma; 2. A turma sendo composta ou não por pessoas com deficiência, o planejamento das aulas deve ter o viés inclusivo; 3. Criar um ambiente acolhedor para as aulas; 4. Conhecer o entorno da escola mapeando possibilidades de experiências com as PCA; 5. Para experimentações mais longas, elaborar planejamento para sábados letivos, contraturnos ou aulas de campo, ou aula passeio, por exemplo; 6. Não pode haver custos elevados; 7. Importância e investimento em experiências interdisciplinares; 8. Explorar os temas transversais em suas aulas; 9. Organização do material necessário ser efetivada com antecedência assim como explorar as possibilidades e construção dos materiais pelos próprios discentes; 10. O professor e a professora deve estar de forma atenta as necessidades de adaptação, tanto para explicações quanto materiais (NASCIMENTO, 2022)

Infelizmente o espaço analítico aqui disponível é restrito e por essa razão passamos a recomendar a leitura na íntegra da dissertação de da professora Maria da Conceição. Por fim dessa relação da inclusão da pessoa com deficiência e da aventura na Educação Física Escolar, trazemos um ponto de arremate entre os dois tópicos analíticos com a seguinte citação:

Dessa forma, realizamos uma pesquisa que caracteriza essas práticas como inclusivas e possíveis de serem executadas por todos os alunos com ou sem deficiência. Logo, as experiências vividas em todo esse processo foram inúmeras, e além disso, os direcionamentos sobre as estratégias pedagógicas frente a inclusão de alunos com deficiência, nos levou a repensar a práxis e a forma como vemos o mundo. Diante do exposto, entendemos que precisamos promover mais desdobramentos com a temática “Prática Corporal de Aventura na Natureza” e a “Educação Física Escolar Inclusiva” no campo da Educação Física Escolar (Nascimento, 2022, p.82-83).

Com as reverberações dessas análises, surgem inquietações que podem e precisam ser respondidas, especialmente nessa relação de uma Educação Física numa perspectiva inclusiva a partir do ensino da aventura, seja pela perspectiva conceitual das AFAN ou das PCA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relebrando nosso objetivo de pesquisa, que foi: compreender como a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) vem sendo preconizada na Educação Física Escolar (EFE), no contexto de ensino das práticas corporais de aventura (PCA), apesar da escassez de trabalhos, poderamos que as categorias analíticas postas trazem elementos importantes para pensar e efetivar uma práxis da Educação Física Escolar numa perspectiva inclusiva.

Na primeira categoria que intitulamos: “A aventura da inclusão da pessoa com deficiência”, pudemos apresentar o quanto ainda é desafiadora a relação de inclusão da pessoa com deficiência no contexto das práticas corporais de aventura, especialmente se considerarmos o contexto da Educação Física escolar. Constatamos que esse processo de inclusão vem se dando, a partir dos dados da produção acadêmica, a partir das experiências do lazer e mais recentemente e timidamente na escola. Esse fluxo das experiências para além dos muros da escola, são as que

fazem reverberar as possibilidades didático pedagógicas elucidadas como caminhos possíveis para uma Educação Física Escolar numa perspectiva inclusiva, a partir e preceitos de uma educação para não-violência e parcerias interdisciplinares.

A segunda categoria analítica, que demos o título de “A inclusão da aventura na Educação Física Escolar” pega um gancho nesse viés de justificativas da inclusão das práticas corporais de aventura na escola, por meio da Educação Física escolar, considerando prioritariamente o interesse e desejo estudantil em conhecer soa essa unidade temática, perpassa considerar também quais modalidades de aventura serão selecionadas a partir da cultura de movimento assim como dos espaços e possibilidades naturais de experimentação e conclui com as reflexões de que práticas pedagógicas de ensino das PCA na EFE podem ser colaborativas e interdisciplinares para uma Educação Física numa perspectiva nclusiva.

Uma repetição preciosa para esse espaço de considerações finais se dá a partir da síntese de estratégias recomendadas pela professora pesquisadora Nascimento (2022) que orientam a forma como ela tem materializado uma práxis pedagógica na perspectiva inclusiva da PCD na EFE, mediando o ensino das PCAN, a relembrar: 1. Considerar as características individuais da turma; 2. A turma sendo composta ou não por pessoas com deficiência, o planejamento das aulas deve ter o viés inclusivo; 3. Criar um ambiente acolhedor para as aulas; 4. Conhecer o entorno da escola mapeando possibilidades de experiências com as PCA; 5. Para experimentações mais longas, elaborar planejamento para sábados letivos, contraturnos ou aulas de campo, ou aula passeio, por exemplo; 6. Não pode haver custos elevados; 7. Importância e investimento em experiências interdisciplinares; 8. Explorar os temas transversais em suas aulas; 9. Organização do material necessário ser efetivada com antecedência assim como explorar as possibilidade e construção dos materiais pelos próprios discentes; 10. O professor e a profesora deve estar de forma atenta as necessidade de adaptação, tanto para explicações quanto materiais.

Cabe destacar nesse momento, que as dissertações selecionadas em nossa revisão sistemática datam de 2009 e 2022, havendo um grande marco histórico no que diz respeito ao ensino das práticas corporais de aventura na escola, que é a homologação da BNCC. Considerando que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se dê a partir de 2018 e, portanto, a obrigatoriedade de ensino das PCA se dê nesse contexto, é relativamente natural que os primeiros estudos frutos de mestrado, por exemplo surjam no período explicitado. Entretanto, o cuidado para a inclusão da pessoa com deficiência já se mostra na literatura especializada, desde

2009, quando também as PCA não eram unidades temáticas na EFE e nem a BNCC impunha o acesso a esse conhecimento. Torna-se mister elucidar, que o ensino das PCA na EFE, traz em seu âmago uma práxis marginal e revolucionária, ao buscar brechas de diálogo e experiências que até então não estavam postas.

Por fim, a revelia da qualidade dos trabalhos dissertativos analisados, constatamos que o quantitativo de publicações demonstra que ainda temos um vasto e desconhecido campo a nos aventurar, semear e fundamentar, especialmente quando consideramos a formação de professores, assim como modalidades de aventura que possam ser realizadas dentro da escola em horários regulares de aulas, para além de pesquisas desenvolvidas na EFE pelos próprios professores e professoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:** lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Edições Câmara, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular:** base nacional currículo curricular. Base Nacional Currículo Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> . Acesso em: 20 dez. 2023.

CAPES, BTD. **Catálogo de Teses e Dissertações - Brasil:** [2017 a 2020]. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-da-capes> . Acesso em: 15 nov. 2023.

NASCIMENTO, Maria da Conceição Dantas do. **Práticas corporais de aventura na natureza:** uma proposta pedagógica junto à educação física escolar inclusiva. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50804> . Acesso em: 20 nov. 23.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (org.). **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: Unesco, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBICT. **ACESSO E VISIBILIDADE ÀS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS**. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/> . Acesso em: 15 nov. 2023.

MARTINS, Lúcia Araújo Ramos. **História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232012000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMf/?lang=pt#> . Acesso em: 20 nov. 2023.

MONTOJOS, Biblioteca Francisco. **O que são e como usar Operadores Booleanos?** Disponível em: https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/ENSINO/BIBLIOTECA/2020.covid/link_15_-_Operadores_booleanos.pdf . Acesso em: 15 nov. 2023.

NESSLER, Duval. **Atividades Físicas de Aventura na Natureza**: perspectivas para o ensino da Educação Física no Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira” - UFSC. 2009. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/Duval%20Nessler.pdf> . Acesso em: 20 nov. 23.

PAULA, Gabriely Steffany; GODOY, Andria Watanabe de; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; CALEGARI, Décio Roberto. Revisão Sistemática das Estratégias Metodológicas Utilizadas para Adaptação da Prática de Esportes d. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 72-86, 30 dez. 2020. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26647>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26647> . Acesso em: 20 nov. 23.

PELUSO, Débora Leonel; GUIMARÃES, Ana Lúcia Felipe; FONSECA, Michele Pereira de Souza da; PELUSO, Marcelo Leonel. Educação Física na educação (inclusiva?) de jovens e adultos: um retrato da produção científica na área. **Motrivivência**, [S. l.], v. 32, n. 63, p. 1–20, 2020. DOI: 10.5007/2175-8042.2020e76435. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/76435>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em ciências da educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424002.pdf> . Acesso em: 20 nov. 23.

SILVA, Darlan Pacheco; SILVA, Priscilla Ramos Pinto de Freitas; SOUZA, Joslei Viana de; COTES, Marcial. Atividade Física de Aventura na Natureza para Pessoas com Deficiência. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 268-296, 23 jun. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2019.13557>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/13557> . Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVEIRA, Ana Aparecida Teixeira. **Educação Física escolar inclusiva**: olhares e saberes de um grupo de professores do ensino público do natal/rn. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29173>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUSA, Dandara Queiroga de Oliveira; ARAÚJO, Allyson Carvalho de. As Práticas Corporais de Aventura na Educação Física Escolar: o que o estado da arte nos diz. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 72-110, 1 jun. 2016. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1236>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1236>. Acesso em: 20 nov. 23.